

15/7/1986

O PT quer uma comissão independente para investigar o conflito de Leme

O partido apóia também a criação de uma CPI na Assembléia

Das três reuniões realizadas pelo PT, ontem, para discutir os acontecimentos de Leme, duas foram dedicadas a estabelecer o comportamento do partido em relação à apuração dos fatos. As principais propostas em debate foram a criação de duas comissões: uma parlamentar, formada na Assembléia Legislativa, para apurar o envolvimento de pessoas ou organismos oficiais no tiroteio; a outra, integrada por pessoas sem filiação partidária, para "investigar o caso com independência".

A primeira reunião do PT aconteceu às 12 horas na Secretaria de Segurança Pública, onde Eduardo Suplicy, o advogado da executiva nacional do PT, Luiz Eduardo Greenhalgh, e o candidato a senador, Hélio Bicudo, se reuniram com o secretário da Segurança Pública de São Paulo, Eduardo Muylaert Antunes, o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma e o superintendente da Polícia Federal, Marco Antônio Veronesi.

O advogado Eduardo Greenhalgh afirmou ter pedido audiência objetivando fazer um protesto "contra a forma irresponsável e fraudulenta" que as investigações de Leme estão sendo conduzidas "com apoio da imprensa".

— Pedimos ao secretário e ao sr. Romeu Tuma um pouco mais de seriedade e responsabilidade administrativa sobre o caso — disse Greenhalgh. Segundo informou ainda o advogado, o secretário alegou ter recebido informações apenas via telex, mas que vão ser tomadas maiores precauções no inquérito contra as irregularidades denunciadas. Greenhalgh afirmou que houve um casamento entre os governos estadual e federal com o objetivo de envolver o PT nesses acontecimentos. "Nem as autoridades do Ministério do Trabalho nem as autoridades da Justiça deram nenhum esclarecimento aos trabalhadores, e o governo federal não tentou justificar o comportamento violento e criminoso da Polícia Militar", disse.

Eduardo Suplicy informou que as outras duas reuniões do Partido dos Trabalhadores tinham o intuito de decidir as providências a serem tomadas pelo PT contra as denúncias que estão sendo feitas ao partido sobre irregularidades do inquérito. A primeira providência seria criar uma Comissão Especial de Inquérito na Assembléia Legislativa, quem-sinta na verificação de todos os fatos, apurando o envolvimento de pessoas ou organismo oficial no tiroteio. Também estão propondo uma comissão de pessoas independentes sem filiações partidárias para investigar o caso. Entre os nomes a serem escolhidos está o de Raimundo Faoro, ex-presidente da OAB. Também prometem fazer "uma verificação dos noticiários que têm saído na imprensa, caluniando o PT". Caso seja necessário, moverão uma ação na Justiça Federal contra esses órgãos. E, por último, entrar com uma ação indenizatória contra o Estado, para socorrer mortos e feridos.

Além dessas iniciativas, o PT vai continuar tomando depoimento de trabalhadores e moradores de Leme, que afirmam que os tiros partiram da Polícia Militar. Até ontem, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh disse ter ouvido 39 pessoas e, de hoje em diante, novos depoimentos serão tomados. Além disso, afirma que vão continuar apurando o laudo técnico que diz que a bala que atingiu Cibeles foi disparada à queima-roupa e que se havia perdido. "Nós a achamos na Santa Casa de Leme juntaram as outras três balas que eram do calibre 38, armas usadas pela Polícia", disse Greenhalgh. "Queremos averiguar o depoimento das três testemunhas que haviam dito nos boletins de ocorrência, que o primeiro tiro havia saído do Opala azul. E depois nos disseram, na presença da imprensa, que isto não era verdade."

O PT está convocando a população para uma missa, domingo, às 9 horas, na catedral da Sé, em memória dos mortos nos incidentes de Leme. Também está organizando uma concentração, marcada para o dia 25 de julho, na Praça da Sé, em defesa da reforma agrária.

(Página 11)